

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 **Abertura.** Às 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos do dia 14 (quatorze) de novembro de dois mil de
2 dezessete, no Auditório no Auditório da Universidade Aberta do Brasil, com endereço à Avenida
3 Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701, Bairro Cícero Dias, cidade de São Bento, Estado da Paraíba, o Senhor
4 José Procópio de Lucena, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu
5 (CBH PPA), solicitou verificação de quórum, para que fosse aberta a 7ª Reunião Extraordinária (7ª RE)
6 deste Comitê, o qual totalizou 18 (dezoito) membros, quórum insuficiente para iniciar os trabalhos.
7 Em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, conforme determina o Art. 19 do
8 Regimento Interno, o quórum totalizou 24 (vinte e quatro) membros, todos com direito a voto,
9 conforme lista de presença, parte integrante desta Ata, quórum suficiente para que fosse aberta a 7ª
10 RE. A mesa foi composta pelo Sr. José Procópio de Lucena (Presidente), Sra. Maria de Lourdes Santana
11 dos Santos e Araújo (Vice-Presidenta) e Sr. José Ferreira da Silva (2º Secretário). O Sr. José Procópio,
12 após abertura dos trabalhos, e como forma de melhor dirimir os trabalhos, solicitou uma apresentação
13 de todos os que ali se faziam presentes. Após apresentação, informou que a pauta da 7ª RE, conforme
14 ofício encaminhado, estava definida, porém, havia a necessidade de colocar para aprovação da
15 Plenária a Ata da 16ª Reunião Ordinária, realizada dias 06 e 07.04.2017, em Assú/RN. Em relação a
16 essa, informou que o Secretário do Centro de Apoio, Sr. Marcene de Medeiros Nunes, havia
17 encaminhado a minuta da Ata, via E-mail, para todos os membros do CBH PPA, onde na ocasião,
18 estipulou um prazo para que todos encaminhassem suas contribuições. Informou que, conforme
19 acordo de Plenária, a Ata não seria lida, apenas apresenta a Plenária para aprovação, e que esta já
20 contemplava todas as contribuições encaminhadas. Após os informes, o Presidente do CBH PPA, a
21 colocou para aprovação da Plenária, obtendo 24 (vinte e quatro) votos pela aprovação e 01 (uma)
22 abstenção. Dando prosseguimento, passou para o primeiro ponto de pauta: Apresentação, discussão
23 e deliberação, pelo Pleno do Comitê, da minuta de Deliberação nº 027/2017 que "Dispõe sobre
24 diretrizes e critérios para usos de pouca expressão na Bacia Hidrográfica dos rios Piranhas-Açu".
25 Antecedendo a apresentação do Sr. Nelson César, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento
26 Institucional – CTPI, o Sr. José Procópio de Lucena, Presidente do CBH PPA, informou que após envio
27 da pauta para os Órgãos Gestores, Nacional e Estadual (ANA, IGARN e AESA-PB), esses, em comum
28 acordo, encaminharam correspondência ao Comitê onde relatam que a definição de diretrizes e
29 critérios para usos de pouca expressão demandaria uma abordagem mais complexa em função das
30 especificidades dos diversos sistemas hídricos situados na área de abrangência da Bacia Hidrográfica.
31 Ou seja, os critérios e diretrizes necessitariam ser definidos para cada sistema hídrico, não sendo
32 razoável a definição de um único critério para toda a Bacia Hidrográfica. Dessa forma, solicitavam que,
33 embora a Deliberação possa ser apresentada e discutida essa não seja deliberada pelo pleno do CBH
34 PPA. Ainda sobre a correspondência encaminhada, disse que os órgãos gestores encaminharão ao CBH
35 PPA, de forma conjunta e gradativa, estudos técnicos contemplando propostas de diretrizes e critérios
36 para o estabelecimento dos usos que independem de outorga para os sistemas hídricos da Bacia
37 Hidrográfica dos rios Piranhas-Açu. Encerrada as informações contidas na correspondência, o
38 Presidente do CBH PPA informou que, enquanto Diretoria Colegiada - DC, haviam acatado a solicitação
39 e que isso não geraria nenhum prejuízo nas discussões, pelo contrário, irá fortalecer o gerenciamento
40 dos recursos hídricos. Ainda com a palavra, disse que, no seu entendimento o Pleno do Comitê irá
41 discutir e avaliar as propostas e sugestões encaminhada pela CTPI, porém, deverá postergar a sua
42 deliberação. O Sr. Waldemir Fernandes de Azevedo, representantes da AESA/PB, solicitou maiores
43 esclarecimento do Presidente do CBH PPA sobre o que realmente seria feito em relação a Deliberação
44 027/2017 e qual seria o encaminhamento a ser dado. Com a palavra, o Presidente do CBH PPA
45 informou que, conforme nota encaminhada, os Órgãos Gestores reconhecem a importância e a
46 necessidade da minuta de Deliberação ser apresentada e discutida com a Plenária, porém, solicitam

47 que, diante da complexidade, em função das especificidades dos diversos sistemas hídricos, essa possa
48 ser deixada em aberto para que se possa melhor aprofundar essa temática. Quanto ao
49 encaminhamento, disse que, no seu entendimento, a deliberação será de continuar com a discussão
50 permanente desse ponto dentro da CTPI e do Comitê, em conexão com as sugestões encaminhadas
51 pelos Órgãos Gestores. Ainda sobre a deliberação do Comitê, o Sr. José Procópio, Presidente do
52 Comitê, informou que, conforme Regimento Interno deliberação não trata exclusivamente de
53 aprovação ou reprovação de uma matéria, essa reflete a posição de um Plenário, podendo ser
54 simplesmente a aprovação de um encaminhamento, referente a determinada matéria, para que
55 continue com a sua discussão, bem como, um encaminhamento para incorporação de matéria dentro
56 do que foi apresentado, respeitando, inclusive, a qualidade dos órgãos técnicos. O Sr. Pedro
57 Crisóstomo Alves Freire, representante da SEIRHMACT-PB, parabenizou a iniciativa dos Órgãos
58 Gestores por se manifestarem em tempo, já que para essa Plenária previa-se que houvesse uma
59 discussão, em relação a deliberação, de todo o seu conteúdo e no pensamento justo desta Câmara.
60 Em relação a CTPI disse que essa é um órgão assessor do Comitê e não um órgão decisivo, esta está à
61 disposição do Comitê para discutir temas que venham a ser aprofundados na Plenária para isso
62 convocada e que, de fato, é o que almeja que seja feita naquela ocasião. Relatou que a CTPI encontrou
63 dificuldades técnicas para elaboração da minuta, o que, na sua opinião, é mais um motivo para louvar
64 a iniciativa dos Órgãos Gestores em encaminhar a solicitação, sendo este mais um motivo para
65 aprofundar o documento. Disse que a CTPI estava trazendo apenas uma proposta, não para aprovação,
66 mas para discussão, sendo esse, ao seu ver, o primeiro passo para se chegar a uma necessidade que o
67 Comitê precisa decidir. Disse que irá haver certos desinteresses dentro do que foi produzido, mas,
68 diante do conhecimento dos membros da CTPI, foi até onde esses puderam chegar. Na ocasião,
69 solicitou ao Coordenador da CTPI, Sr. Nelson César, que aceitasse essa solicitação encaminhada pelos
70 Órgãos Gestores de bom grado, pois, há muito tempo que a CTPI vinha cobrando a ajuda de alguém
71 que pudesse levar as discussões a um outro patamar técnico, e que, até aquela ocasião não tinham
72 tido tal ajuda. Finalizando, disse que o documento encaminhado vem exatamente fortalecer a Câmara
73 Técnica naquilo que realmente os seus membros queriam, que era um maior embasamento técnico.
74 O Sr. Nelson César, representante do IGARN e Coordenador da CTPI, por questão regimental, solicitou
75 as seguintes informações: 1ª) Como se daria as discussões e se sua apresentação seria feita artigo por
76 artigo ou se, simplesmente, seria feita apenas a leitura da minuta de deliberação sem necessariamente
77 ter uma discussão; 2ª) Se após leitura dos artigos e discussão esses serão ou não colocados para
78 aprovados; e 3ª) Se a proposta será suspensa até que a ANA, IGARN e AESA encaminhe suas
79 contribuições. Finalizando, e em relação a ANA, disse que essa deveria estar presente a reunião para
80 assim dar suas propostas. O Sr. José Procópio, Presidente do CBH PPA, voltou a informar que a
81 proposta é que o documento seja apresentado, discutido, comentado e explicitado cada item e ao seu
82 final a plenária delibere pelo seu retorno a CTPI para que sejam contempladas, de forma oficial, as
83 contribuições encaminhadas pelos Órgãos Gestores. O Sr. Pedro Crisóstomo, SEIRHMACT-PB, em
84 relação aos comentários, disse que esses são desnecessários, tendo em vista que trata-se de um
85 documento que ainda encontra-se em estudo, na ocasião, sugeriu que o documento fosse
86 apresentado, item por item, para que a Plenária conhecesse o conteúdo deste, e havendo alguma
87 necessidade dos membros presente em modificar ou pedir esclarecimento sobre determinado artigo,
88 que fosse aberto o comentário exclusivamente sobre este. Ainda sobre as contribuições a serem
89 encaminhadas, o Sr. Waldemir Fernandes, AESA-PB, deixou claro que qualquer um dos membros
90 poderá encaminhar contribuições para CTPI para que essas sejam analisadas e, se acatadas, incorporadas
91 na deliberação. Finalizadas as discussões sobre qual seria o encaminhamento proposto, cito: “que o
92 documento seja apresentado, discutido, comentado e explicitado cada item e ao seu final a deliberado
93 seja pelo seu retorno a CTPI para que sejam contempladas, de forma oficial, as contribuições
94 encaminhadas pelos Órgãos Gestores”, o Presidente do CBH PPA o colocou para aprovação da Plenária
95 sendo este aprovado por unanimidade. Iniciando sua apresentação, o Sr. Nelson César, Coordenador
96 da CTPI, fez uma introdução sobre o histórico da proposta de encaminhamento do Comitê que trata

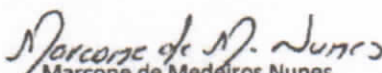
97 dos usos insignificantes na Bacia, sobre esses, disse que, conforme previsto na Lei 9.433, é o Comitê
98 quem define os usos de pouca expressão, motivo pelo qual a Plenária deste deliberou, em reunião
99 anteriormente realizada, que a CTPI se aprofundasse sobre o tema, e que, fundamentada nessa
100 deliberação esta havia elaborado uma minuta sobre usos de pouca expressão. Deixou
101 claro, que a proposta, embora pudesse ser avaliada e aprovada, não poderia ser uma deliberação final,
102 haja vista que a competência final para normatizar e homologar os usos de pouca expressão na Bacia
103 parte de uma deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte,
104 Conselho Estadual da Paraíba e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Relatou que a minuta a ser
105 apresentada havia sido elaborada a partir de uma Resolução do Conselho Nacional de Recursos
106 Hídricos e que esta teria como objetivo principal facilitar o acesso do pequeno usuário a regularização
107 dos seus usos junto aos recursos hídricos, diminuindo assim a burocracia quanto a exigência da
108 documentação. Em relação as discussões realizadas pelos membros da CTPI, disse que essa foi
109 bastante rica e que em alguns casos determinados artigos foram aprovados por consenso, enquanto
110 que outros não, prevalecendo a votação na sua maioria. Quanto a sua legalidade, informou que essa
111 está baseada no art. 12, § 1º, incisos II e III e art. 38, inciso V, da Lei 9.433; art. 21, inciso XIX, da
112 Constituição Federal de 1988; art. 5º da Resolução CNRH nº 16; Lei 12.334, que trata da Política
113 Nacional de Segurança de Barragens e Resolução CNRH nº 184. Finalizada a introdução, o Sr. Nelson
114 César passou a fazer a leitura, de forma comentada, dos 17 (dezessete) artigos contidos na minuta de
115 Deliberação, parte integrante desta ata. Após apresentação, o Sr. José Procópio, Presidente do CBH
116 PPA, facultou a palavra a Plenária para que esses pudessem tirar suas dúvidas e ao mesmo tempo dar
117 suas contribuições. Com a palavra, o Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, Gerente da AESA-PB, disse
118 que a resolução apresentada havia sido muito bem elaborada e construída, contudo, no seu
119 entendimento alguns pontos precisariam ser ponderados, já que, para o Órgão Gestor da Paraíba,
120 alguns pontos não estão de acordo com a política que será implementada a partir do PISF. Quanto aos
121 usos de pouca expressão disse que, no seu ponto de vista e da sua Instituição, para operar um
122 manancial tendo este como objetivo perenizar um rio e atender o abastecimento humano, além dos
123 diversos usos, estes usuários não poderão ser considerados como uso de pouca expressão, tendo em
124 vista que ao longo da sua calha existem outros usos não autorizados. Quanto ao item que trata de
125 segurança de barragens, Lei 12.334, disse que, independente do volume dos açudes, desde que ele
126 venha a ocasionar um efeito cascata e que influencie em um outro açude localizado a jusante onde
127 este venha a romper e causar dano a vida do cidadão, esse necessitará ser cadastrado e licenciado. Em
128 relação a dispensa de outorga disse que os Órgãos Gestores necessitam de simplificar a emissão da
129 outorga, diminuindo a sua burocracia, e não emitir a dispensa dessas. Concluindo, disse que a sua
130 Instituição não é contra a aprovação da deliberação, porém, existem alguns pontos que necessitam
131 ser incorporadas nesta, disse ainda que dentro dessa discussão está faltando a cobrança pelo uso da
132 água e que o Comitê precisa avançar nesse debate. O Sr. Waldemir Fernandes, AESA-PB, parabenizou
133 os membros da CTPI pela elaboração da minuta de deliberação, contudo, disse que existem algumas
134 divergente nas informações nela contida em relação ao Estado da Paraíba, citando como exemplo a
135 liberação de 48m³/dia ao invés de 2m³/h atualmente praticada por seu Estado. Em relação as medidas
136 de grandezas praticadas, disse que essas deveriam ser trabalhadas em l/s ou m³/h e não por dia,
137 mantendo dessa forma a padronização das medidas de grandeza. Em relação às obras hídricas disse
138 que essas, de forma imprescindível, necessitam ser licenciadas e que, posteriormente, o seu
139 proprietário teria a obrigação de apresentar a capacidade do empreendimento, para, após análise, o
140 órgão gestor decida pela dispensa ou não da outorga. O Sr. José Marinho, representante da Emater-
141 PB, relatou que anteriormente existia uma deliberação onde essa dispensava a solicitação de outorga
142 para o produtor irrigante que utilizasse até 2m³/h e que, conforme documento apresentado essa
143 dispensa será elevada para 48m³/dia. Na ocasião, solicitou saber do Coordenador da CTPI qual a
144 justificada que foi usada para se elevar a dispensa de outorga, para usos insignificante, de 2m³/h para
145 48m³/dia, levando-se em consideração que, anteriormente existiam disponibilidade bem maiores de
146 reservas hídricas, enquanto que, atual estamos vivendo uma situação de criticidade. A Sr. Maria José

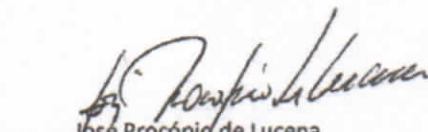
147 Oliveira Cabral, representante do IDEMA-RN, solicitou que a redação contida na deliberação seja
148 melhor trabalhada, pois, segundo a mesma, em alguns casos gera dúvida, citando como exemplo o Art.
149 2º, Art. 4º e Art. 10 – letra B. Em relação ao Art. 16, sugeriu que fosse incluso um terceiro item onde
150 este contemplasse o envio do documento para os Órgãos Ambientais dos dois Estados, RN e PB, para
151 conhecimento. A Sra. Maria de Fátima Freitas, representante da Lagoa do Arroz, solicitou saber qual o
152 método que foi utilizado para diferenciar o pequeno do grande produtor. O Sr. Josué Diniz,
153 representante dos usuários, referindo-se ao abastecimento humano, solicitou saber do Sr. Nelson
154 César da possibilidade de incluir na deliberação um item onde conste que a Zona Rural terá o mesmo
155 tratamento que a Zona Urbana. Finalizadas as discussões, o Sr. Nelson César, Coordenador da CTPI, em
156 relação a alguns pontos técnicos contidos na minuta, passou a fazer alguns esclarecimentos sobre a
157 proposta. Em relação aos 48m³/dia disse que esse valor dividido por 24 h/dia resultará em 2m³/h e
158 que esse valor, conforme descrito no Art. 6º, está limitado ao bombeamento de no mínimo 6h/dia, em
159 relação aos usuários enquadrados dentro desse parâmetro, disse que esses terão uma maior
160 flexibilização quando da solicitação de dispensa de outorga, contudo, todos estão passivos à
161 fiscalização e as penalidades previstas em Lei. Em relação as licenças, disse que o órgão gestor ao emitir
162 a dispensa terá um controle do tipo de obra realizada, como exemplo, citou a perfuração de poço no
163 cristalino onde o órgão gestor dispensa a licença e somente após verificar seu enquadramento, e
164 estando esse dentro dos limites estabelecidos, é que emitirá, de forma conjunta, a dispensa de licença
165 e de outorga, prática já realizada por sua Instituição. Quanto ao comentário feito sobre a passagem
166 molhada, em particular aquelas que não possuem bueiros, disse que na minuta poderá contemplar
167 um limite, variando entre 20 e 40 cm, para sua altura máxima acima do leito do rio. Sobre as
168 acumulações, disse que toda barragem tem um dano potencial associado, contudo, a Lei de Segurança
169 de Barragens torna-se mais rígida para os grandes empreendimentos, onde o dano potencial associado
170 seja mais evidente. Finalizando, disse que no seu entendimento a minuta de deliberação a qual está
171 sendo construída se aplicaria também as águas do PISF haja vista que esta chegará pelo leito do rio se
172 misturando com as água advinda do reservatório de Curema e da Armando Ribeiro Gonçalves – ARG,
173 ainda sobre a minuta, disse que esta parte do princípio de que o usuário irá tirar água do rio, e estando
174 este usuário dentro do limite permitido, 48m³/dia, será dispensado de outorga. O Sr. Waldemir
175 Fernandes, AESA-PB, em relação as unidades de medida, disse que não existe unidade de medida
176 m³/dia, essas deverão ser l/s ou m³/h. Em relação a CTPI, disse que no seu entendimento e com base
177 nas explicações dadas pelo Sr. Nelson César, essa saiu do seu objetivo para o qual havia sido
178 determinado na concepção da minuta de deliberação, em relação a essa, disse que a mesma era para
179 tratar dos usos insignificante e não da questão do licenciamento de obras hídricas, que nada mais é do
180 que uma questão administrativa dos órgãos gestores. A Sra. Isalucia Barros Cavalcanti Maia,
181 representante da SEMARH-RN, em relação a CTPI, disse que o papel dessa é dar suporte ao Comitê
182 através do desenvolvimento de estudos. Em relação aos debates propostos pelo Comitê, e em
183 particular sobre a cobrança pelo uso da água, disse que esse precisa evoluir nessas discussões, a título
184 de informação, relatou sobre sua participação no ENCOB, Encontro de Comitês de Bacias, sobre este,
185 disse ter ficado impressionada com a dimensão e com a força dos Comitês, principalmente daqueles
186 Comitês que já realizam a cobrança pelo uso da água. A Sra. Maria de Fátima Freitas, representante da
187 Lagoa do Arroz, sugeriu que os órgãos gestores façam convênios com os municípios para que esses
188 possam, também, emitir licenças de obras hídricas, facilitando dessa forma a vida dos pequenos
189 produtores. O Sr. Josué Diniz, representante dos usuários, solicitou saber qual o aparelho de medição
190 que será colocado nos poços para se ter com exatidão o volume de água captado, solicitou também
191 saber como se dará essa fiscalização. Em resposta, o Sr. Nelson César, Coordenador da CTPI, informou
192 que no estagio atual, mesmo que esse usuário esteja outorga, não existe a obrigatoriedade de se
193 colocar um hidrômetro para medição de vazão e que, mediante a proposta de deliberação
194 apresentada, esses, a priori, e por se tratarem de pequenos usuários, estariam isentos dessa
195 obrigatoriedade. Quanto aos usuários fora desse padrão, e conforme Resolução nº 16 do CNRH, disse
196 que todo usuários outorgados terá que ter um instrumento para medir a vazão captada, sendo este

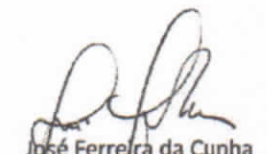
197 bancado pelo próprio usuário, além do que, o próprio usuário terá que fazer a sua leitura e encaminhar
198 para o órgão gestor. Encerradas a discussões, o Sr. José Procópio, Presidente do CBH PPA, apresentou
199 para deliberação da Plenária o seguinte encaminhamento: "Que a minuta de deliberação retorne para
200 a CTPI sem prejuízo das discussões propostas e que os órgãos gestores venham até a CTPI para
201 apresentarem suas proposições". Em relação ao encaminhamento apresentado, o Sr. Nelson César,
202 Coordenador da CTPI, sugeriu que a minuta de deliberação fique no site do CBH PPA para consulta
203 pública. Ainda com a palavra, propôs que os órgãos gestores, ANA, AESA e IGARN, participem das
204 reuniões da CTPI para assim defenderem suas contribuições, sobre essas, solicitou saber se os órgãos
205 gestores irão encaminhá-las diretamente para a CTPI ou para a Diretoria do Comitê. Em resposta, o
206 Presidente do CBH PPA informou que as contribuições serão encaminhadas pelos órgãos gestores para
207 Diretoria do Comitê, que às encaminhará para a CTPI, informou também, que a Diretoria Colegiada irá
208 enviar correspondência aos diretores da ANA, IGARN e AESA convidando-os para participarem das
209 reuniões promovidas pela CTPI. Finalizando, colocou o encaminhamento, acima proposto, para
210 aprovação da plenária, sendo este aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, O Sr. José Procópio
211 de Lucena, Presidente do CBH PPA, agradeceu a presença, a participação e a colaboração de todos e
212 deu por encerrada a reunião. Esta ata foi lavrada e assinada por mim, Marcone de Medeiros Nunes,
213 seguido das assinaturas do Presidente e 2º Secretário da Diretoria Colegiada. São Bento/PB, 14 de
214 novembro de 2017.

215

216


Marcone de Medeiros Nunes
Secretário do Centro de Apoio


José Procópio de Lucena
Presidente do CBH PPA


José Ferreira da Cunha
2º Secretário do CBH PPA

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cícero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
01	Claudia Ferreira Lima	Titular	SRHU-MMA	PPF	
02	Daniel Martinelli Duarte	Suplente	SRHU-MMA	PPF	
03	Maria de Lourdes Barbosa de Sousa	Titular	DNOCS	PPF	
04	Dayse Fontenelle de Melo Antunes	Suplente	DNOCS	PPF	
05	Waldemir Fernandes de Azevedo	Titular	AESAP/PB	PPE	
06	Mozart Marques Dantas Junior	Suplente	AESAP/PB	PPE	
07	Pedro Crisóstomo Alves Freire	Titular	SEIRHMACT/PB	PPE	
08	Maria das Dores de Sousa Abreu	Suplente	SUDEMA	PPE	
09	Demilson Lemos de Araújo	Titular	SEDAP	PPE	
10	José Marinho de Lima	Suplente	EMATER/PB	PPE	
11	Isalúcia Barros Cavalcanti Maia	Titular	SEMARH/RN	PPE	
12	Bárbara Maia de Oliveira	Suplente	SEMARH/RN	PPE	
13	Nelson Césio Fernandes Santos	Titular	IGARN	PPE	
14	Radimilla Fernanda Avelino de Oliveira	Suplente	IGARN	PPE	

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

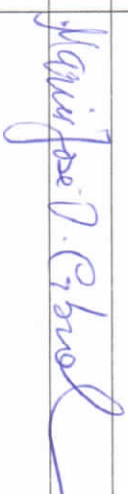

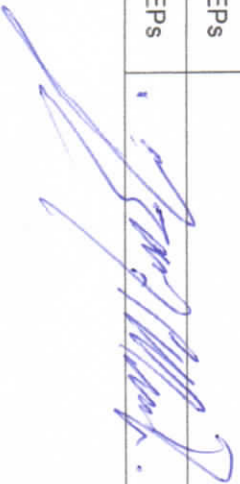
Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cicero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRU	SITUACÃO	REPRESENTACÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
15	Sérgio Luiz Macedo	Titular	IDEMA	PPE	
16	Maria José Olímpio Cabral	Suplente	IDEMA	PPE	
17	Ana Lígia Medeiros Peixoto	Titular	PM Patos	PPM	
18	Genário Soares Pessoa	Suplente	PM São Mamede	PPM	
19	José Rodrigues Filho	Titular	PM Piancó	PPM	
20		Suplente		PPM	
21	Maria do Socorro G. Garrido	Titular	PM Sousa	PPM	
22		Suplente		PPM	
23	Alexandre Douglas de Souza	Titular	PM Assú	PPM	
24	André Jemenes de Aguiar Teixeira	Suplente	PM Upanema	PPM	
25	Jair Elói de Souza	Titular	PM Jardim de Piranhas	PPM	
26	Daniel Gustavo Batista Nicolau	Suplente	PM Currais Novos	PPM	
27	João Batista Alves	Titular	UFCCG	SC – ITEPs	
28	Izaque Francisco Candeia de Mendonça	Suplente	UFCCG	SC – ITEPs	

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cícero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
29	Ilauro de Souza Lima	Titular	UEPB	SC – ITEPs	
30	Sérgio de Faria Lopes	Suplente	UEPB	SC – ITEPs	
31	Herrmano Oliveira Rollim	Titular	IFPB	SC – ITEPs	
32	Francisco Jânio Gonçalves	Suplente	IFPB	SC – ITEPs	
33	Josivan Cardoso Moreno	Titular	ABES	SC – ITEPs	
34	Cleysyan de Sousa Macedo.	Suplente	IFRN	SC – ITEPs	
35	Raimundo Inácio da Silva Filho	Titular	UERN	SC – ITEPs	
36		Suplente		SC – ITEPs	
37	Maria de Lourdes Santana dos Santos e Araújo	Titular	STTR Pombal	SC – Ongs	
38	Maria do Socorro Gouveia	Suplente	UAMA	SC – Ongs	
39	Francisco Evangelista Ramalho	Titular	ACRB	SC – Ongs	
40	Rigoberto Soares de Farias	Suplente	STTR Cajazeiras	SC – Ongs	
41	Severino Jerônimo Ricarte	Titular	NIR	SC – Ongs	
42	Romário Francisco Jerônimo	Suplente	SOS RIO PIANCÓ	SC – Ongs	

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cícero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
43	Francisco Medeiros da Silva	Titular	STTR J. Seridó	SC – Ongs	<i>Francisco Medeiros da Silva</i>
44		Suplente		SC – Ongs	
45	José Procópio de Lucena	Titular	SEAPAC	SC – Ongs	<i>José Procópio de Lucena</i>
46	Dario Gaspar Nepomuceno	Suplente	Carnauba Viva	SC – Ongs	<i>Dario Gaspar Nepomuceno</i>
47	José Ferreira da Cunha	Titular	Conceito	SC – Ongs	<i>José Ferreira da Cunha</i>
48	Edinaldo Araújo de Lucena	Suplente	COAFS	SC – Ongs	
49	José Mota Victor	Titular	CAGEPA	Us Abast	<i>José Mota Victor</i>
50	Italo Ricardo Abrantes Dias	Suplente	DAESA	Us Abast	
51	Maria Geny Formiga de Farias	Titular	CAERN	Us Abast	
52	Wellington Assis Queiroga	Suplente	CAERN	Us Abast	<i>Wellington Assis Queiroga</i>
53	Daniel Siqueira Gauw	Titular	PETROBRAS	Us – IM	<i>Daniel Siqueira Gauw</i>
54		Suplente		Us - IM	
55	Vargas Soliz Pessoa	Titular	FIERN	Us – IM	
56	Eurimar Nóbrega Leite	Suplente	ACEVALE	Us - IM	

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cicero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
57	Francisco José Bernardino	Titular	FIEP	Us - IM	
58	José Braga Rocha Neto	Suplente	FIEP	Us - IM	
59	Josué Diniz de Araújo	Titular		Us - IA	<i>Josuel Diniz de Araújo</i>
60	Cicero Marques da Costa	Suplente		Us - IA	
61	João Lima da Silva	Titular		Us - IA	
62	Gydeonne de Almeida Santos	Suplente		Us - IA	<i>Gydeonne de Almeida Santos</i>
63	Maria de Fátima Freitas	Titular		Us - IA	<i>Maria de Fátima Freitas</i>
64	Ailton de Sousa Pereira	Suplente		Us - IA	
65	Evaldo Bezerra Cavalcanti	Titular	FINOB RASA	Us - IA	
66		Suplente		Us - IA	
67	Luiz Salvino	Titular		Us - IA	<i>Luiz Salvino</i>
68		Suplente		Us - IA	
69	Núcio Pinto de M. Júnior	Titular		Us - IA	
70		Suplente		Us - IA	

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cícero Dias – São Bento/PB

Datas: 14 de novembro de 2017
Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

Nº	MEMBRO	SITUAÇÃO	REPRESENTAÇÃO	SEGMENTO	ASSINATURA
71	João Tadeu de Araújo	Titular		Us - IA	<i>João Tadeu de Araújo</i>
72		Suplente		Us - IA	
73	José Ricardo de Medeiros	Titular	C. Pescadores	Us Abast	<i>José Ricardo de Medeiros</i>
74		Suplente	C. Pescadores	Us Abast	
75	Fábio Batista Ferreira	Titular	C. Pescadores	Us Abast	
76		Suplente		Us Abast	
77	Origenes Monte Neto	Titular	TRÊS M	Us - Aqc	
78	Frederico Willans Romano	Suplente	Q. GALVÃO	Us - Aqc	
79		Titular	Us - Aqc		
80		Suplente	Us - Aqc		

7ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu

Local: Auditório da Universidade Aberta do Brasil

Datas: 14 de novembro de 2017

Endereço: Av. Joaquim Ferreira Lúcio, nº 701 - Bairro Cícero Dias - São Bento/PB

Horário: 08h30 às 13h00

LISTA DE PRESENÇA

OUTROS PARTICIPANTES

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	FONE	E-MAIL
01	Polívio CFS Couto Lourenço	AFSA	(83) 98795 6170	polivio.lourenco@caixa.pb.gov.br
02	Yvelene Almeida de Medeiros		(84) 9812 9385	
03	Germanillo Príncipe de Azevedo	Unigato	996400719	
04	Francielmo Vinícius de Araújo	Sec. Municipal	99948444	vincelmo@unigato.pb.gov.br
05	Gracielly dos Santos	ADVOGADO/S. G. NO		
06	Yvanerley Alves dos Santos Franco	JORNALISTA / SECRETARIA DE FÓCO	99955 4514	ivanerley55@outlook.com
07	José Górges G. Oliveira	CAGEPA - S. Belo	992163327	josegorgesmaria@cagepa.pb.gov.br
08	Fabiane Pereira de A. Rêgo	Atendimento / S. Belo	99667 1968	joelanearaujo@outlook.com
09	Denison de Medeiros Nunes	Atendimento / S. Belo	98896 1839	denisonnunes@outlook.com
10	Yvair de Aguiar de Azevedo	Engenheiro	8455962 1219	yvair@unigato.pb.gov.br
11	Yvelene Almeida de Medeiros	Atendimento / S. Belo	819 9302 1312	yvelene@unigato.pb.gov.br
12				
13				